



**A FUNÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA NO DESEMPODERAMENTO
DAS MULHERES NO SUL ATRAVÉS DA CONVERSÃO DOS
ECOSSISTEMAS LOCAIS EM PLANTAÇÕES DE ÁRVORES
- ESTUDO DE CASO PAMPA GAÚCHO –**

Cíntia Pereira Barenho

**PORTO ALEGRE – RS - BRASIL
2008**

Realização: Núcleo Amigos da Terra/Brasil

Apoio: FOEI e WRM

Coordenação-Geral: Cíntia Pereira Barenho

Coordenação-Adjunta: Maria da Conceição Carrion

Colaboração: Elizabeth Díaz e Eliege Fante

Revisão de texto: Nely Blauth

Agradecimentos: Lucia Ortiz, Cláudia Prates, Flavia Luce Maisonave, Lucilaine dos Santos Oliveira, Lucio Macedo e Felipe Amaral. Também às entidades NAT, WRM, MMC, MST, MPA, MNLM, MMM.

Agradecimentos especiais: a todas as mulheres que contribuíram com suas histórias de vida e resistência contra o avanço das monoculturas de eucalipto sobre o Pampa gaúcho.

APRESENTAÇÃO

O estudo de caso – Pampa gaúcho – foi desenvolvido para o projeto “A Função da União Européia no desempoderamento das mulheres no Sul através da conversão de ecossistemas locais em plantações de árvores”, coordenado pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), o Friends of the Earth (FoEI) Forest Programme e o FoEI Gender Programme.

O Núcleo Amigos da Terra/Brasil (NAT/BRASIL) foi selecionado para realização do estudo, com mulheres atingidas pelas plantações de árvores em grande escala no Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul.

Após contatos com movimentos sociais do campo e da cidade, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) ligados à Via Campesina, além do Movimento Ambientalistas Gaúcho (MEG) e da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), entre outros, foi promovido um encontro de dois dias, em Porto Alegre/RS, com as mulheres atingidas pelas plantações. Além disso, foi preciso ir a campo para realização de entrevistas com outras mulheres também impactadas pelo avanço da silvicultura no RS. As mulheres participantes residem nas seguintes cidades: Piratini, Herval, Rio Grande, São José do Norte, Encruzilhada do Sul, Barra do Ribeiro, Santana do Livramento, Porto Alegre e Hulha Negra.

Os depoimentos e vivências dessas mulheres auxiliarão no desenvolvimento de ferramentas para campanhas diversas em nível nacional, estadual e internacional, bem como, servirão como subsídio para a luta dos movimentos sociais e ambientalistas contra o avanço da silvicultura e dos mega-projetos de fábricas de celulose no Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Estamos no Pampa gaúcho, Sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul (RS), limítrofe com outros dois países pampeanos: Uruguai e Argentina.

Devido um conjunto de fatores, incluindo os seus vastos prados¹, a região vem sofrendo uma ofensiva de três grandes empresas do setor da celulose e papel² – Aracruz, Votorantin e Stora Enso - que viram nestes campos grande conveniência em expandir suas monoculturas de árvores exóticas, bem como suas atividades ligadas à produção da celulose e papel.

Desde meados de 2003 o poder público do RS e os meios de comunicação local evidenciam e aplaudem os mega-projetos de celulose e papel vislumbrados para a região, mega-projetos estes anunciados como a solução para o desenvolvimento local, principalmente, na “problemática” metade Sul, região estagnada economicamente, na qual a atividade pecuária está em declínio e possui grandes latifúndios.

É importante lembrar que em 1980 houve uma tentativa frustrada de instalação de uma fábrica de celulose e papel no município do Rio Grande. Foram plantados muitos hectares de pinus e eucaliptos em vastas áreas da região, até mesmo na Estação Ecológica do Taim e no Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Mesmo com o “fato consumado” a comunidade local, incluindo universidades, entidades ecológicas e, até mesmo, o poder público local foram categoricamente contrários ao projeto, projeto este, que de certa forma ficou “adormecido” a espera de outra oportunidade.

A oportunidade surgiu nos dois últimos mandatos do governo do Estado do RS, porém se consolidou efetivamente na gestão da atual governadora Yeda Crusius. A cúpula do poder público estadual assumiu os investimentos do setor da celulose e papel como projeto de governo e vem incentivando de diferentes formas a consolidação deste setor no RS. Estas

formas de incentivo incluem linhas de financiamento público e até mesmo a flexibilização e o descumprimento da legislação ambiental (por exemplo, excluindo ou postergando o uso de Estudo Prévio de Impacto Ambiental em empreendimento de florestamento ou reflorestamento para fins empresariais com menos de 1000 hectares). Os licenciamentos ambientais dos plantios de eucaliptos estão sendo liberados de forma precária, descumprindo regras e sem a conclusão do Zoneamento Ambiental para atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul (ZAS), proposto pelo próprio Governo estadual. Além disso, segundo uma das técnicas de órgão ambiental, tem ocorrido freqüentemente situações de perseguição aos servidores que têm atuado visando o cumprimento da legislação ambiental e não o cumprimento das decisões impostas pela cúpula da SEMA/FEPAM. Tal fato vem sendo denunciado sistematicamente pelo SEMAPI³, o sindicato local, que representa a categoria.

Estas três empresas de celulose e papel - Aracruz, Votorantin (VCP) e Stora Enso - dividiram o Pampa gaúcho (Figura 1), em função principalmente da infraestrutura logística, em três territórios para a instalação de seus mega-projetos. É importante ressaltar que a Aracruz é formada por um conjunto de empresas: a norueguesa Lorenz detém 28%; outros 28% são do Banco Safra, 28% da Votorantin e 12,5% do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A VCP, além de deter ações da Aracruz (que iria ser comprada pela VCP em 2008)⁴, também é “joint-venture” com outras empresas como o grupo Suzano e Ripasa. Já a Stora Enso é uma empresa de capital sueco-finlandês e também é uma “joint-venture” da Aracruz na Bahia, com a empresa Veracel⁵.

Estima-se que estas empresas invistam cerca de US\$ 3 bilhões na



Figura 1: Onde estão as “florestas”.
 Fonte: Jornal Zero Hora de novembro de 2008.

produção de celulose e papel no Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente o RS tem uma área de mais de 500 mil hectares⁶ de monoculturas de árvores exóticas e segundo projeções deverá ter cerca de um milhão de hectares de plantações de pinus, eucalipto e acácia e investimentos da ordem de R\$ 6,1 bilhões até 2015. Além dos investimentos ditos como “florestais” (leia-se monoculturas de árvores exóticas) as empresas pretendem instalar três fábricas de celulose no RS. Segundo consta, a Stora Enso pretendia instalar uma unidade de produção de celulose na fronteira-oeste do RS em sete anos. Já a Aracruz pretendia quadruplicar sua fábrica já instalada em Guaíba. E, finalmente, a VCP pretendia instalar uma fábrica de celulose branqueada na metade sul do Estado, possivelmente em Rio Grande ou Arroio Grande.

É importante destacar que a atual crise mundial do modelo neoliberal da

economia e seus efeitos sobre a demanda de celulose, fez com que todas as empresas suspendessem seus investimentos no Estado. Além disso, especulação cambial feita pela Aracruz (que fez operações com derivativos para proteção contra a desvalorização do dólar nos últimos anos no Brasil), já acumulou perdas de mais US\$ 2 bilhões em 2008. Inclusive tal especulação, provocou demissões no RS. Igualmente a VCP já anunciou a demissão de 118 trabalhadores no sul do Estado, que segundo a empresa a decisão é motivada pela postergação do projeto Losango⁷. E, além de tais circunstâncias, a Stora Enso que adquiriu terras de forma irregular na faixa de fronteira⁸ teve o pedido rejeitado pela procuradoria do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), porém vem tentando modificar a legislação brasileira para poder regularizar sua situação.

Em suma, a situação enfrentada pelo RS não parece muito diferente dos demais países do Conesul, onde as empresas de celulose e papel pregam as “promessas douradas dos desertos verdes”⁹, que mesmo já virando demissões e incertezas, seguem conquistando governantes e políticos em geral, seduzindo os meios de comunicação e não prestando as devidas informações à população local sobre as implicações que a expansão da monocultura de árvores exóticas pode causar no ambiente como um todo.

Sendo assim, as mobilizações e resistências das entidades ecológicas, sindicatos e movimentos sociais gaúchos vêm ampliando e ganhando espaço em diversos municípios do Estado. Muito dessa resistência tem sido protagonizada por mulheres gaúchas, que têm rompido o silêncio e denunciado o modelo degradante, irresponsável e inescrupuloso do agronegócio ligado a silvicultura. São os relatos de algumas dessas mulheres que apresentaremos neste estudo de caso do Pampa gaúcho.

PARTICIPANTES DO ESTUDO DE CASO

O estudo de caso envolveu vinte e quatro mulheres do campo e da cidade. São elas:

- Quatro mulheres ambientalistas de Porto Alegre;
- Uma estudante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PPGDR) da UFRGS/Porto Alegre;
- Uma feminista da Marcha Mundial das Mulheres;
- Seis trabalhadoras rurais (assentadas) ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) residentes em Piratini, Herval,

Hulha Negra e Santana do Livramento;

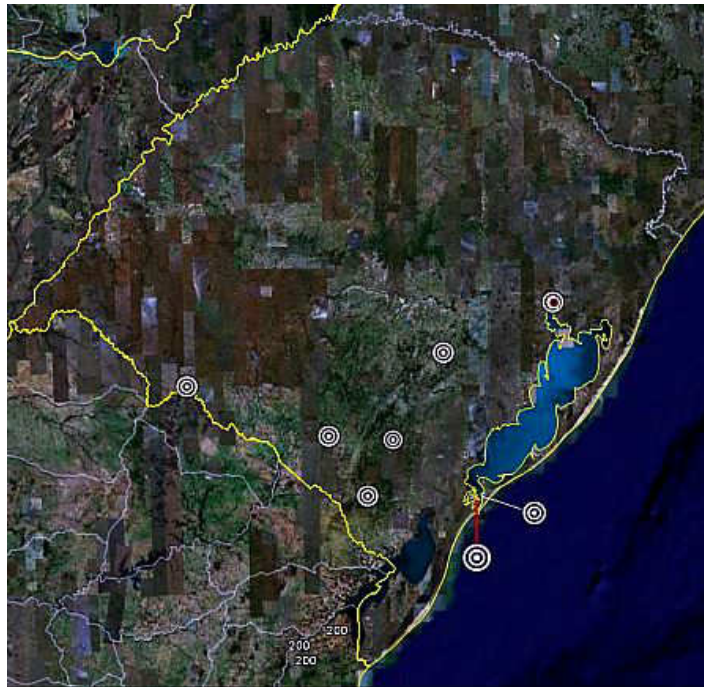
- Uma trabalhadora rural do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC);
- Uma pescadora ligada ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) residente em Rio Grande;
- Uma proprietária de sítio cercado pelos plantios de eucaliptos;
- Uma técnica de órgão ambiental estadual;
- Duas mulheres pescadoras e uma ambientalista de São José do Norte;
- Três gerações de mulheres (avó, mãe e filha) trabalhadoras rurais de Encruzilhada do Sul;
- Uma mulher trabalhadora de viveiro de mudas de eucalipto da Aracruz em Barra do Ribeiro;
- Mãe e filha trabalhadoras rurais da comunidade da Palma em Rio Grande.

No entanto apenas dezoito mulheres relataram como os impactos da expansão das monoculturas de eucaliptos estão afetando efetivamente suas vidas.

Faixa etária das participantes e desde quando moram na região afetada:

A maioria das participantes tem idade entre 29 e 40 anos, sendo que algumas já estavam na faixa etária dos 50 e 60 anos de idade.

Quanto ao tempo que moram na área afetada, aquelas que residem há menos tempo, vivem no local entre 5 e 6 anos; outras residem desde sempre por lá, refletindo, portanto, a sua idade. Em geral a maioria vive há mais de 10 anos no local.



O IMPACTO GERAL DAS PLANTAÇÕES

A maioria das mulheres contou que, em geral, os impactos atingem tanto homens quanto mulheres, mas mesmo assim já é possível identificar situações específicas em que as mulheres são as mais afetadas.

Um dos impactos relatados sobre a destruição do patrimônio cultural local dá conta que, em Herval as casas antigas, com cercas de pedras (construídas no período da escravatura) localizadas em terras compradas por uma das empresas de celulose e papel, foram todas demolidas. Mesmo que a construção remeta a momentos lastimáveis da história gaúcha, isso evidencia que tais empresas não estão preocupadas em manter o patrimônio histórico ou qualquer conjunto arquitetônico que remeta a alguma identidade cultural local. A cultura local está sendo destruída e apagada da memória. Perde-se o apego e a identidade, afirmou a trabalhadora Rural de Herval. *“As empresas compram e destroem. (...) No interior de Pedras Altas tinha casas lindíssimas, cercas construídas pelos escravos, várias delas. (...) Da época tal,*

batalha tal, coronel tal. (...) Paredes e vidros desenhados. (...) Lá não tem telha, era uma arquitetura diferenciada porque o vento é muito forte. Muitos que acreditavam no tradicionalismo aderiram a nova cultura imposta pelas empresas,” contaram duas mulheres testemunhas destas mudanças.

Ainda sobre o assunto, a trabalhadora contou que os latifundiários locais - defensores do tradicionalismo gaúcho - atualmente ignoraram tais opiniões e defendem ferrenhamente as empresas de celulose e papel. No município de Herval, o Sindicato Rural (formado principalmente por proprietários de terra) apóia a iniciativa dessas empresas. Situação que, em geral, acontece em todo o Estado do RS.

Também tem ocorrido das empresas de celulose e papel como a Aracruz e a VCP comprarem terras com pagamento à vista e de forma mais rápida do que o INCRA. Além disso, há proprietários de terra que se recusam a vender as mesmas para o INCRA. Tanto em Piratini, como em Herval, foi relatado que as terras que valem cerca de R\$ 500,00 o hectare, atualmente valem cerca de R\$ 4.000,00 o hectare. Também em Encruzilhada do Sul foi contado por três mulheres que a oferta

pelas suas terras, feita por uma das empresas, não é condizente com o preço real da terra. *“Eles descontam do tamanho da terra as pedras, as árvores (...)*”, disse a mãe. *“A opção que tu tem é ficar no meio deles”*, disse a filha. As mulheres disseram que se não venderem a terra para a empresa, não tem mais ninguém interessado por comprar devido ao preço que tem custado a terra por lá.

Como se pode visualizar a especulação sobre o preço das terras, tem impedido a compra das terras tanto por pequenos agricultores, quanto pelo INCRA (que tem um teto máximo para pagar pelas terras destinadas à reforma agrária). A reforma agrária no Pampa gaúcho está engessada devido a estas grandes aquisições de terra por parte das três empresas de celulose e papel.

O relato feito pela trabalhadora rural de Hulha Negra chama a atenção para a juventude rural. Ela contou que, na região dos municípios de Aceguá e Candiota, há produção de leite nos assentamentos o que fornece renda às famílias, mas que o retorno financeiro é pequeno. A juventude assentada que também está a todo o momento sendo influenciada pelos meios de comunicação de massa que dita que *“é preciso ter para ser...”*, quando vão à cidade também querem ter as coisas que a juventude urbana possui. *“Eles vêem na mídia que tem que ter um tênis, um celular. Eles pensam que se forem para a cidade, vão conseguir isto tudo trabalhando de empregado. Então, largam o lote, o pai, a produção leiteira e vão. De empregado, o dinheiro vem rápido, mas não é tanto. É uma ilusão. Lá eles compram macacão, botas, tudo, e o salário fica pequeno. Teria que haver pessoas para conscientizar os jovens sobre esta realidade,”* contou uma das mulheres. Para uma das mulheres de Encruzilhada do Sul, os jovens estão preferindo trabalhar para as empresas a trabalhar no campo com a família.

Outra situação relatada foi sobre a manutenção das estradas rurais. A trabalhadora rural de Hulha Negra contou que quando estava grávida era preciso percorrer

30 km a cavalo para chegar ao posto médico mais próximo. As estradas não permitiam e ainda não permitem ser percorridas por veículo automotor. O poder público municipal se omite em fazer melhorias, pois atribui ao Estado, a responsabilidade sobre a mesma. Nesse sentido, ponderou a trabalhadora rural de Herval que lá o INCRA fez estrada devido ao assentamento rural, mas que atualmente empresas de celulose e papel estão utilizando as estradas sem fazer qualquer tipo de manutenção. São os assentados que estão tendo que lidar com o péssimo estado das estradas. Diferentemente em Encruzilhada do Sul, devido à ausência do Estado, as benfeitorias nas estradas têm sido feitas pela empresa o que gera certa simpatia pelos moradores da zona rural.

Ainda sobre as estradas rurais, na comunidade da Palma, em Rio Grande, também estão precárias. Mãe e filha contaram que o tráfego de máquinas pesadas e ônibus inviabilizaram o uso da estrada. Elas disseram que quando chove fica impossível passar a pé. Foi preciso que elas procurassem o poder público local, pois os encarregados da empresa disseram que não fariam mais reparos na estrada.

O impacto vivenciado pela comunidade da Barra Nova, em Rio Grande, evidencia que a problemática não está ocorrendo somente no meio rural. A comunidade localiza-se em área de expansão do Super Porto de Rio Grande onde se pretende instalar o Terminal de exportação da Celulose e Madeira. Na comunidade vivem 200 famílias, sendo que cerca de 90% dos moradores e moradoras trabalha na própria comunidade (p.ex. atividade pesqueira). Além dos impactos ambientais, inerentes às construções portuárias, tal terminal também impedirá o acesso aos recursos pesqueiros, principal forma de sustento da comunidade. E mais, as casas dos moradores deverão ser retiradas e reassentadas em outro local (que poderá ser próximo ao local onde vivem, mas não há certeza quanto ao local), sendo que cada família deverá pagar pela nova casa alocada (cerca de 5% sobre o salário mínimo). *“A gente vive da nossa comunidade, não precisamos sair de lá. (...) As pessoas que estão concordando em sair*

são as que moram em barracos, não tem mais condições de moradia, e estão com a esperança de conseguir uma casinha melhor. Mas a maioria, que pagamos a nossa casa e temos tudo direitinho, não queremos nos mudar. (...) A gente não sabe o que vai ser feito, não tem projeto,” contou uma das moradoras de um bairro que vai ser extinto com a construção do Terminal.

O poder público executivo e judiciário local está apoiando prioritariamente a expansão do Super Porto e construção do Terminal de exportação de celulose e madeira. Para a pescadora de Rio Grande, devido ao nível de alfabetização local ser muito baixo, as pessoas da comunidade não têm muita clareza da situação, poucos são os que estão se mobilizando contrariamente. Muitos não estão cientes que para serem reassentados é preciso pagar pelas casas e outros moradores presumem que receberão uma casa de melhor qualidade que as suas atuais moradias. Entretanto, segundo Relatório da Missão de investigação do direito à moradia Rio Grande (ANEXO 1), desenvolvido pela plataforma Dhesca Brasil¹⁰, um dos conjuntos habitacionais já construído para famílias de baixa renda e no qual está sendo utilizado como “modelo” possui problemas críticos como a habitabilidade das casas e a infraestrutura do bairro. No relatório também são apontadas outras problemáticas referente à remoção das famílias, são identificadas violações do Direito Humano à moradia adequada e terra urbana, bem como são apontadas recomendações sugeridas a diversos atores locais envolvidos no processo.

Também em Rio Grande existem plantios de eucalipto na comunidade da Palma. Uma única família resiste entre os plantios, que circundam os quatro lados de sua propriedade. Inclusive o acesso à propriedade precisou ser negociado com a empresa de celulose e papel. Tal condição tem trazido sérias conseqüências à família, principalmente para a atividade econômica exercida pela mesma.

Sobre a situação dos plantios, as trabalhadoras rurais relataram que há lavoura de eucalipto com apenas 10m de

distância dos assentamentos. Uma trabalhadora rural de Santana do Livramento contou que, como mora na fronteira com o Uruguai, lá não há mais limite entre as fronteiras. Os plantios em Rivera e em Livramento não cumprem a distância exigida pela Lei Federal sobre a faixa de fronteira. Neste local não é possível identificar onde é o limite do Brasil e onde é o do Uruguai. Além disso, há muito receio de que os plantios do lado uruguaio e do lado brasileiro circundem totalmente o assentamento onde vivem.

Situação semelhante foi relatada pela proprietária de sítio, onde os plantios de eucalipto estão desrespeitando o limite de sua propriedade, pois estavam a menos de 20 metros da divisa. Foi preciso mover ação judicial para que a VCP afastasse os plantios de sua residência, em 100 metros. Ela já ganhou em primeira instância. A empresa está obrigada judicialmente a afastar o plantio e caso não o faça deverá pagar multa diária de R\$ 2 mil, mas a empresa já recorreu da decisão judicial.

Também foi relatado que em São José do Norte estão sendo feitas diversas formas de coagir os moradores das áreas rurais, como por exemplo, maciço de eucaliptos feito próximo a pomar de uma família que se recusa a vender a terra, ou ainda, impedindo que famílias acessem a água que passa por terra comprada para os plantios. Igualmente em Encruzilhada do Sul houve assaltos em residências rurais com a chegada dos plantios de eucalipto.

Referente aos impactos sobre os recursos naturais, várias situações foram relatadas como a de plantios de eucaliptos sobre banhados, sangas (córregos) e espécies vegetais protegidas por Lei (p.ex. figueiras), o que é um descumprimento total da legislação ambiental; relatos de intoxicação e contaminação através de agroquímicos; escassez de água nos açudes; dificuldade em encontrar plantas medicinais; mortandade de abelhas e outros animais. Em Encruzilhada do Sul os plantios que cumprem minimamente as regras são nas terras com famílias próximas. Nos demais locais “plantam eucalipto até em cima de banhado”,

afirmou uma das mulheres. Também foi relatado que lá algumas áreas úmidas e até mesmo arroios já não existem mais. Situação corroborada pela maioria das outras mulheres.

IMPACTO DAS PLANTAÇÕES SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS COMUNIDADES LOCAIS

As participantes do estudo relataram que na maioria das vezes, mesmo que homem e mulher trabalhem fora-de-casa, são as mulheres que assumem as tarefas domésticas ao retornar para casa, exercendo assim uma jornada de trabalho dupla, até mesmo jornadas triplas.

A chegada das monoculturas de eucalipto tem preconizado a divisão sexual do trabalho, pois em sua maioria são contratados os homens para o desenvolvimento das atividades referentes à silvicultura. Essa situação só é um pouco diferenciada em Barra do Ribeiro, onde a maioria dos trabalhadores no viveiro de mudas são mulheres.

Na maioria dos casos, ainda não houve mudanças expressivas nas relações de poder entre os homens e as mulheres dentro das comunidades e famílias.

Também sobre a estrutura de tomada de decisões dentro das famílias e a comunidade num todo, não houve mudanças evidentes. A tomada de decisão se mantém patriarcal em muitas famílias. Sobre tal circunstância uma pescadora de Rio Grande recordou sua infância em São José do Norte, onde seu pai trabalhava na plantação de pinus e que os demais integrantes da família (inclusive ela) cuidavam da roça e animais. Mas a estrutura de decisão familiar se mantinha com o homem, seu pai. Já na comunidade, se mantém a tomada de decisão

relacionada aos homens que detêm o poder político e financeiro.

Como as compras de terra têm aumentado o desemprego e o abandono do campo, uma situação que pode vir a ocorrer, é o fato das mulheres das famílias rurais, ao chegarem à cidade, na maioria das vezes, conseguirem apenas trabalho como domésticas nas casas das famílias urbanas.

A maioria contou que tem sido necessário o uso mais intenso de adubos nas lavouras/roças familiares. A trabalhadora rural de Santana do Livramento lembra que nestes 11 anos em que vive no local nunca havia sido tão necessário o emprego de adubos na terra. Em São José do Norte também foi relatada a perda da produtividade da terra, em especial para produção de cebola. *“Não precisava trabalhar muito a terra, colocar adubo, e hoje tem que colocar se não, não colhe nada. Se plantava arroz porque tinha umas lagoas pequenas, açudes, onde o pessoal largava as vacas de leite para tomarem água. (...) Se tem dificuldade para plantar batata doce e mandioca, antes se tinha de um ano para o outro, agora não tem mais,”* relataram duas agricultoras destas localidades.

Sendo assim, a maioria das mulheres evidenciou o quanto a produtividade da terra vem decaindo em diferentes regiões. Por isso, alertam que a massificação dos plantios de eucaliptos intensificará a perda da produtividade da terra.

O uso da terra para produção de alimentos, criação de animais de corte e produção de leite também diminuiu drasticamente na maioria das regiões. Segundo uma trabalhadora rural de Herval, devido a pouca produção em sua região, a demanda local não é mais suprida. Já é preciso trazer de outras regiões, o que acaba encarecendo o custo de vida.

A condição de sobrevivência para a família da Palma está cada vez mais complicada. Segundo as mulheres *“depois que a Votorantin veio pra cá, nós só tivemos prejuízo”*. Elas contaram que a produção leiteira familiar está ficando cada

IMPACTO DAS PLANTAÇÕES SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIAIS E A SOBREVIVÊNCIA DIÁRIA

vez mais inviabilizada. Como o recolhimento da produção não está sendo feito mais próximo a propriedade é preciso carregar o leite até determinado local. Além disso, a condição da estrada impede, muitas vezes, o tráfego do caminhão do leite fazendo com que estrague a produção de leite. “*Já tivemos que colocar muito leite fora*”, disseram as mulheres. Ao mesmo tempo, como são os únicos produtores de leite que restaram na região, há receios de que o recolhimento de leite seja suspenso em breve.

Outra situação que vem ocorrendo em diversas regiões, principalmente nos municípios da fronteira oeste, é a escassez de água. Em tais regiões acentua-se a falta de água e escassez de chuvas. Uma das trabalhadoras rurais falou que o poço artesiano da família, não fornece água em quantidade suficiente. Muitas vezes nem com a utilização de bombas é possível obter-se água. Em São José do Norte também foi relatado que a água não tem a mesma qualidade de épocas passadas e que em poucos lugares ela tem aparecido. Além disso, foi relatado que uma determinada lagoa, que mesmo em períodos de seca mantinha suas águas, atualmente esta quase não existe em função dos maciços de pinus que tem em toda a sua volta.

Também foi ressaltado que muitas famílias ao venderem suas terras para as empresas de celulose e papel foram morar nas cidades. Atualmente enfrentam condições difíceis de sobrevivência diária, pois muitas tinham baixa escolaridade o que dificulta arranjar bom emprego. Além disso, precisam morar de aluguel e não podem mais ter horta para subsistência familiar. “*Aumenta a pobreza nas cidades porque estas pessoas que vendem as suas terras vão para as periferias. E vão para a cidade fazer o quê?*”, questiona uma agricultora que presenciou várias situações como esta.

Ainda foram relatados casos, como o da proprietária rural, onde os eucaliptos plantados próximos a sua propriedade, têm causado uma barreira contra o vento, impedindo a circulação de ar. Ela acredita que dois animais morreram devido às moscas que permanecem na propriedade, porque há pouco vento.

A trabalhadora rural de Piratini ressaltou que, atualmente, as Caturritas¹¹ (*Myiopsitta monachus*) já estão afetando as plantações de milho local e ela acredita que haverá uma maior invasão destes pássaros quando os maciços de eucaliptos tomarem conta da paisagem. Igualmente em Encruzilhada do Sul, foi ressaltado que os poucos produtores rurais que ainda plantam milho, padecem em função do ataque das Caturritas. Isso tem feito com que muitos desistam de plantar milho. Além disso, a trabalhadora rural de Herval advertiu sobre os Javalis¹² (*Sus scrofa*) que tem uma reprodução descontrolada no RS e que podem se valer das monoculturas de eucalipto como esconderijo e abrigo, dificultando ainda mais seu controle.

MUDANÇAS NAS PRÁTICAS RELIGIOSAS DAS COMUNIDADES

Mesmo que não tenham sido evidenciadas mudanças expressivas nas práticas religiosas, a maioria das mulheres contou sobre situações que estão se extinguindo como as capelas e cemitérios nas propriedades. Inclusive a trabalhadora rural de Santana do Livramento contou que em Rivera já aconteceu de um cemitério ser cercado por eucaliptos, mas por “respeito” o mesmo foi poupado.

Em Encruzilhada do Sul algumas escolas rurais fecharam, em função do êxodo, tornando indisponível os lugares para realização de missas, uma vez que não há igrejas locais.

Ainda sobre as práticas religiosas, as mulheres disseram que as empresas de celulose e papel têm patrocinado diversas festividades religiosas, de forma a conquistar maior simpatia para com a população.

IMPACTO DAS PLANTAÇÕES SOBRE A SAÚDE

As mulheres pesquisadas contaram diferentes situações relacionadas à saúde da comunidade, das famílias e mesmo dos animais, que até então não ocorriam com frequência. Portanto, elas estão relacionando os mesmos a recente expansão das monoculturas de eucaliptos. *“O adubo é fortíssimo e tem a quantidade de veneno que eles usam. A gente não sabe, mas fica pensando (...) Tem casos de alergia, bronquite, desarranjo, sem contar que, na época em que eles passam o veneno, o ar é irrespirável. Na época do corte o cheiro é forte, é horrível. Teve até aborto em início de gestação,”* relatou uma agricultora vizinha de plantação de eucalipto.

Apenas em São José do Norte foi relacionado o aumento do uso de drogas em grupos de trabalhadores dos pinus e eucaliptos.

Quanto aos impactos vinculados ao uso de agroquímicos a proprietária de sítio contou que a família de caseiros foi contaminada pelo uso de agroquímicos nos plantios de eucalipto. O filho do casal foi para o hospital devido à intoxicação, porém, os médicos não atestaram que o paciente apresentou sintomas de intoxicação por agroquímicos. Para os médicos, em geral, vômitos, enjôo, diarreia, dor de cabeça e tonturas são sintomas de viroses, como por exemplo, de “Rotavirus”. Para a maioria das mulheres rurais já se pode relacionar a frequência dessa virose à época de emissão de agroquímicos nos eucaliptos.

Em Encruzilhada do Sul as mulheres relataram que já houve casos de pessoas terem dor-de-barriga, após ingestão de

água de córrego que passa entre os plantios de eucalipto.

No combate das formigas é utilizado um tipo de gás fosforado. Segundo a trabalhadora rural de Herval na ocorrência de poucas formigas este já é utilizado. Além disso, tal gás já tem feito com que muitos moradores de áreas próximas precisassem procurar auxílio médico na cidade, devido aos sintomas de enjôos, dor de cabeça e tonturas.

Também já ocorre a utilização de agroquímicos para combate dos cupins (insetos da Ordem Isoptera), que procuram as casas das famílias próximas aos plantios, deslocando o problema para as comunidades.

Ainda foram relatados casos onde os animais têm nascido com problemas de má formação, com alterações que não são comuns como, por exemplo, terneiros que nasceram com ânus fechado e cordeiro com problemas nas patas. Do mesmo modo, algumas mulheres mostraram preocupação com a água utilizada na dessedentação dos animais, em especial as vacas leiteiras, pois estas podem contaminar seu leite.

Igualmente foram relatados casos de morte de animais nativos/silvestres possivelmente devido a contaminação pelos agroquímicos utilizados nas lavouras de eucalipto.

E por fim, algumas mulheres contaram que os casos de crianças com problemas de alergias e de aprendizagem têm aumentado em suas comunidades. Para elas já há um aumento no número de casos de bronquite, alergias, diarreias.

Quanto aos impactos vinculados às condições de trabalho algumas mulheres falaram que os trabalhadores dos eucaliptos alimentam-se e descansam muito próximo aos plantios, ficando muito mais suscetíveis aos agroquímicos utilizados nos plantios. A trabalhadora rural de Encruzilhada do Sul relatou o caso de homens que, trabalhando na aplicação de agroquímicos sofreram intoxicação e foram substituídos por outros saudáveis. Além disso, o descanso desses trabalhadores é mínimo, pois saem de suas residências por

volta das 5 horas da manhã e só retornam à noite.

Outra situação comentada foi o trabalho desenvolvido na extração da resina do *Pinus Elliottis* em São José do Norte, pela empresa Flopal. A resina é um tipo de látex que para ser extraída é necessário utilizar uma espécie de ácido, que cheira muito forte e, além disso, tal resina gruda na pele. Já foi freqüente o fato de os trabalhadores não possuírem equipamento de segurança apropriado, situação que favorecia da resina grudar-se na pele. Depois de muitas denúncias anônimas foram conquistados equipamentos de segurança. Mesmo assim, o uso do ácido faz com que os equipamentos não durem muito e a retirada do látex da pele (que muitos utilizam óleo de cozinha) fazem machucados e queimaduras. Inclusive, já existem suspeitas de câncer de pele que são negadas pela empresa. Além disso, o trabalho é remunerado a partir da produção diária individual, situação que leva a uma sobrecarga de trabalho diário, principalmente das mulheres.

Situação parecida foi relatada pela trabalhadora rural de Encruzilhada do Sul, onde a empresa Tanac¹³, responsável pela retirada de resina em monoculturas de Acácia Negra (*Acacia mearnsii*), já foi denunciada inúmeras vezes, recentemente, por manter trabalhadores em situação de trabalho escravo.

As condições de trabalho relatadas pela trabalhadora de Barra do Ribeiro evidenciaram a exploração do trabalho feminino desenvolvida pela empresa Aracruz e sua terceirizada local. A maioria das mulheres que trabalham nos viveiros de mudas de eucalipto tem problemas de tendinite, causando lesão por esforço repetitivo (LER/DORT). Além da LER, essa mulher desenvolveu uma grave doença de pele no rosto, em função do “vapor” do eucalipto (ela desconhece se foi exposta a algum produto químico no trabalho). Essa alergia fez dela vulnerável ao trabalho (no qual se demitiu) ou a qualquer trabalho que seja necessária longa exposição ao sol ou

forte luminosidade. A empresa pouco ajudou no tratamento médico.

Sobre os impactos vinculados à nutrição a maioria relacionou tal situação à escassez de terras plantadas com alimentos, bem como a perda da produtividade das terras vizinhas as monoculturas de eucaliptos. Além disso, uma situação interessante relatada foi sobre os animais silvestres. Estes podem utilizar plantas medicinais quando precisam se tratar de alguma enfermidade, porém com o avanço das monoculturas de eucalipto tal situação fica comprometida.

Por fim, quanto aos impactos vinculadas à disponibilidade de água limpa e ao estado do ar foram relatados casos de intoxicação pela água e ar, em localidades próximas à Hulha Negra. A disponibilidade de água limpa também tem se reduzido. Inclusive algumas mulheres, como as de Encruzilhada do Sul, relataram que há famílias sendo impedidas ao acesso à água, pois esta foi bloqueada em propriedade comprada por uma das empresas. A maioria das trabalhadoras rurais relatou a presença de odor muito forte em decorrência do uso de agroquímicos nos plantios de eucaliptos. A trabalhadora rural de Hulha Negra relatou que isso possa ser responsável pelo aumento do número de casos de aborto espontâneo. O mesmo fato também é comentado em São José do Norte pelas pescadoras sobre as mulheres que extraem a resina do Pinus.

ALTERAÇÕES NAS PRÁTICAS TRADICIONAIS DAS COMUNIDADES

A alteração mais visível comentada por todas as mulheres foi a questão das plantas medicinais do Pampa. A tradição de coleta da erva medicinal Macela¹⁴ (*Achyrocline satureioides*) no RS já está sendo prejudicada com o avanço dos plantios de eucaliptos sobre os campos. Outras plantas medicinais também irão ser

afetadas com o avanço dos eucaliptos sobre o campo, como a Espinheira-santa e a Coronilla.

AS OPORTUNIDADES DE TRABALHO

As oportunidades de trabalho são majoritariamente oferecidas aos homens. Em geral, as poucas oportunidades abertas às mulheres reforçam o papel que a sociedade capitalista (que tem uma perspectiva machista, racista e homofóbica) atribui às mulheres, serviços ditos como inferiores e que são menos visíveis, como de cozinheiras, faxineiras. No entanto, em Barra do Ribeiro, a maioria dos contratos de trabalho, no viveiro de mudas de eucalipto, é destinada às mulheres.

As plantações fornecem oportunidades precárias de trabalho e que nem sempre é oferecido aos trabalhadores da comunidade local. A maioria dos trabalhadores vem de outros municípios. Em Herval são poucos da comunidade que trabalham na plantação. E em Santana do Livramento a maioria dos trabalhadores vem do município de Cacequi, distante 189 km. Para as mulheres, se a empresa não está contratando ninguém de lá, não está ajudando ao desenvolvimento local como costumam propagandear.

Geralmente o serviço oferecido aos trabalhadores está voltado ao plantio dos eucaliptos e a manutenção do mesmo, por meio de aplicação de agroquímicos.

Outra situação relatada foi em relação ao órgão público estadual, a EMATER (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural) que proferia maravilhas acerca da Poupança Florestal¹⁵, como o quanto poderiam enriquecer se aderissem ao mesmo. A empresa (neste caso a VCP) junto a órgãos públicos estaduais convidou pessoas de diferentes cidades/localidades para conhecerem o programa em atividade (com todas as despesas pagas por eles) na cidade de Pelotas. Fizem verdadeiras

“excursões” por meio da promoção da Poupança Florestal.

Também foi ressaltado que tais empresas recebem grandes incentivos públicos/governamentais para sua instalação, enquanto que o pequeno produtor não consegue acessar minimamente as linhas de créditos rurais. Quando consegue além de ter que apresentar uma série de documentos para acessar o crédito, os juros altíssimos.

Já no caso do Terminal portuário da celulose e madeira, como a comunidade local não tem qualificação exigida estão sendo trazidos trabalhadores de outras regiões.

Uma importante ponderação foi feita pela aluna de pós-graduação, que estas empresas de celulose e papel estão se especializando em fornecer trabalho e não empregos. Trabalho é qualquer atividade executada, remunerada ou não; já o emprego é um tipo de trabalho remunerado, de vínculo permanente e formal, prestado a uma organização ou pessoa. Nas lavouras de eucalipto só há trabalho enquanto há plantios para serem feitos. No momento que este é finalizado, mínimas atividades restam, não havendo mais necessidade de tantos trabalhadores.

Quanto aos contratados homens, geralmente, precisam comprar todos os seus equipamentos de trabalho (até mesmo de segurança) com pagamento á vista, ou seja, já começam seu trabalho endividando-se. Na maioria dos casos são empresas terceirizadas que contratam estes trabalhadores (não há vínculo empregatício com as empresas de celulose e papel), sendo que os contratos são precários e sem garantia de renovação.

A trabalhadora rural de Piratini contou que a Delegacia Regional do Trabalho, já averiguou casos de trabalho escravo em Piratini e Pinheiro Machado. Na fazenda havia trabalhadores do Ceará, os quais recebiam cerca de R\$ 100,00 mensais. Já a trabalhadora rural de Hulha Negra relatou casos de pessoas que não quiseram ir acampar com o MST e foram trabalhar nas

lavouras de eucalipto. Lá todos os equipamentos necessários para o plantio do eucalipto foram descontados no momento da assinatura do contrato.

A pescadora de Rio Grande lembrou que em São José do Norte, quando seu pai trabalhou na plantação de Pinus, foi somente por três anos, pois a empresa do contrato “desapareceu”. Depois de certo período, surgiu empresa para extração da resina do Pinus e, novamente, as ofertas de trabalho foram para os homens.

Em São José do Norte atualmente o trabalho nos pinus tem empregado tanto homens quanto mulheres, mas de forma diferenciada. Quanto os plantios chegaram, o trabalho era exclusivamente voltado para os homens. Depois se iniciou um ciclo de extração da resina e atualmente da extração da madeira para serrarias onde o trabalho passou a ser misto (extração de resina pelas mulheres e alguns homens; e extração da madeira majoritariamente pelos homens). As pescadoras contaram que quando a plantação de pinus começou, uns 20 anos atrás, os valores pagos aos trabalhadores eram muito inferiores aos prometidos e incompatíveis com o salário mínimo. Quando havia contratos, estes eram precários e até ocorreram casos de trabalho praticamente escravo, pois o trabalhador se endividava ao iniciar o trabalho (p.ex. ao comprar do patrão os equipamentos do trabalho). Hoje há um mínimo de garantias trabalhistas, porém o trabalho continua precário.

A situação de trabalho das mulheres é bem diferente. Os trabalhos realizados por mulheres para as empresas de celulose e papel são praticamente inexpressivos. A trabalhadora rural de Herval contou que lá, apenas uma mulher trabalha, mas como cozinheira. Ela que fornece a alimentação aos “peões” que plantam os eucaliptos. Ela cozinha e alguém leva até os trabalhadores. Em Hulha Negra também há uma mulher trabalhando como cozinheira para os trabalhadores das lavouras de eucaliptos. Ao mesmo tempo, como já abordado, a maior parte do trabalho nos viveiros de

mudas de eucalipto, em Barra do Ribeiro, é desenvolvido por mulheres.

Um caso grave relatado foi em Encruzilhada do Sul: já houve casos de mulheres recebendo rancho de comida em troca da sua força de trabalho nos plantios de eucalipto.

Igualmente grave é o trabalho desenvolvido pelas mulheres em São José do Norte. Lá, trabalhadoras mesmo tendo a carteira de trabalho assinada e salário fixo, tem metas diárias de produtividade a serem cumpridas para serem remuneradas. Neste caso, os salários entre homens e mulheres são desiguais, pois a produtividade diária de homens (tanto na extração de resina como na extração da madeira) é superior a das mulheres. Muitas vezes as mulheres saem de casa na segunda-feira para extração da resina, retornando apenas na sexta-feira. Também foi relatado pelas pescadoras, casos onde as mulheres acompanham seus maridos na extração da madeira. Elas cozinham e dependendo do trabalho do marido, ajudam fazendo os petrechos para extração da resina.

Já em Barra do Ribeiro a situação relatada por uma trabalhadora, evidenciou a precariedade do trabalho oferecido às mulheres. A maioria é contratada temporariamente apenas por 45 dias, não possuindo nenhuma garantia de efetivação ou perspectivas de crescimento profissional. A carteira de trabalho nem sempre é assinada (situação que andou mudando depois do anúncio de ampliação da fábrica de celulose em Guaíba), ou seja, não há um mínimo de garantias trabalhistas. Inclusive, segundo relato da trabalhadora, o serviço é intenso, havendo, de certa forma, exploração do trabalho realizado pelas mulheres. Além disso, não há creche da empresa terceirizada para as mães deixarem seus filhos e nem transporte dos/das trabalhadoras (a maioria utiliza bicicleta, tanto para deixar os filhos na creche, quanto para chegarem ao trabalho).

A partir dos casos relatados não há dúvidas que os homens são os que têm

maior acesso aos trabalhos criados pelas companhias. Ao mesmo tempo, há uma grande perda de outras oportunidades de trabalho em geral.

Estes novos trabalhos não compensam a perda de fontes de trabalho anteriores, como no caso já falado sobre os assentamentos (estes quase não têm sido mais criados nestas regiões). Para todas as mulheres são assentamentos que geram emprego e renda para a comunidade local. “São os assentamentos que movimentam as cidades. É a reforma agrária que movimenta o local!”, reforçou a trabalhadora rural de Piratini.

O impacto econômico gerado no estabelecimento de um assentamento rural é muito maior do que destas empresas de celulose e papel. As famílias assentadas irão comprar nos estabelecimentos comerciais da cidade seu primeiro chinelo, porco, lona, arame, ou seja, todas as coisas que precisam para iniciar sua produção. As empresas de celulose e papel além de terem incentivos fiscais, pouco investem suas divisas na comunidade local. Algumas mulheres contaram que nem mesmo os trâmites burocráticos (p.ex. cartório) da compra de terras têm sido feitos no município.

Em Encruzilhada do Sul muitas famílias venderam suas terras devido a ofertas tentadoras e foram morar na cidade. Fato curioso é que tais famílias criaram um vilarejo chamado Campos Verdes, onde atualmente a maioria destes moradores está trabalhando nos plantios de eucalipto.

Também foi relatada situação parecida em Candiota, onde famílias também abandonaram seus lotes para trabalharem nos plantios de eucalipto. Além disso, foi relatado pela trabalhadora rural de Hulha Negra que alguns assentados rurais foram trabalhar nos plantios de eucalipto e que essa atitude foi questionada pelos demais assentados. Tal questionamento fez com que os mesmos não mais fossem trabalhar nos plantios. Porém tal desistência resultou num endividamento destes, pois já haviam assinado os contratos de plantios.

Outra situação relacionada à perda de oportunidades de trabalho é a das famílias da comunidade Barra Nova em Rio Grande. A retirada de 200 famílias vai gerar perda de trabalho e renda, pois a grande maioria gera seu sustento na própria comunidade (cerca de 90% dos moradores trabalha no próprio bairro, além de um grande número de pessoas de outras comunidades, segundo a pescadora de Rio Grande). O local previsto para o reassentamento da comunidade apenas permitirá a construção de residência, logo não haverá galpões para beneficiamento do pescado. Além disso, nesse local o mar é mais agitado podendo deteriorar e inutilizar os botes e barcos de pesca. A pescadora de Rio Grande disse que não há dados precisos de quantos empregos seriam gerados pela construção do Terminal portuário para exportação da Celulose e Madeira.

Também em São José do Norte, além das famílias rurais, muitas famílias pescadoras largaram suas atividades tradicionais para trabalharem nas plantações de pinus.

E ainda na Palma, a compra massiva de terras estimulou às famílias a venderem suas propriedades e irem tentar a vida na cidade. “*Quanta gente que saiu que dependia daqui*”, constatou uma das mulheres.

Por fim, também foi relatada a perda de empregos em função do uso de maquinário na colheita do eucalipto.

A MIGRAÇÃO EM DECORRÊNCIA DAS PLANTAÇÕES

A migração que tem ocorrido é aquela conhecida por pendular¹⁶. Em geral os trabalhadores são urbanos, sendo que muitos já viveram no campo e atualmente sobrevivem nas cidades. Ainda não ocorrem migrações “definitivas”.

Em Santana do Livramento a maioria dos trabalhadores vem do município de Cacequi e são poucos de Santana do Livramento que trabalham nos plantio. Na

comunidade da Palma os trabalhadores são de outras regiões (Pinheiro Machado e Capão do Leão), sendo que todos os dias cerca de três ônibus com trabalhadores chegam pela manhã e partem ao final do expediente.

Já em São José do Norte acontece dos trabalhadores e trabalhadoras ausentarem-se por uma semana de suas residências para irem trabalhar nas plantações de pinus.

Além disso, poucos são os relatos sobre as mulheres estarem assumindo a função de chefes de família, devido à migração dos homens para as regiões de plantio. Foi relatado o caso de homens que estão saindo para trabalharem nos plantios, enquanto que as mulheres ficam tomando conta dos lotes, dos animais, das hortas. Sendo assim, o homem não consegue mais ajudar a mulher nas lidas do campo/roça, ficando a mesma sobrecarregada.

A VIOLÊNCIA EM DECORRÊNCIA DAS PLANTAÇÕES

Sobre violência, foi relatado pela proprietária rural que uma prima sua teve a casa assaltada, coincidentemente depois que se negou a vender suas terras (pois não aceitou a proposta financeira) para uma das empresas de celulose e papel. Após o assalto ela se sentiu coagida, com medo e resolveu vender suas terras. Também em Encruzilhada do Sul, uma residência cercada pelos eucaliptos foi assaltada. A família ficou com receio de permanecer por lá e mudou-se para a casa dos pais da esposa. Para uma das mulheres entrevistadas, além da presença de homens desconhecidos, também as estradas têm facilitado os roubos (devido a alguns melhoramentos feitos nelas).

Já sobre violência contra a mulher foi relatado que, a chegada de trabalhadores dos eucaliptos tem incitado formas de assédio sexual¹⁷, atitudes machistas e sexistas. *“A Aracruz geralmente não contrata funcionário do município, então,*

os que vêm de fora mexem com as mulheres, não se tem caso de abuso, mas de assédio sexual sim, ficam chamando as mulheres de ‘gostasas’, inclusive no interior, quando as mulheres vão fazer caminhadas, isso acontece cotidianamente,” disse uma agricultora. Esta forma de migração pendular que ocorre, cria uma situação favorável (comunidade “desconhecida”, família não está presente) a tais fatos.

As mulheres contaram que a presença destes trabalhadores desconhecidos promove medo e insegurança por parte das mulheres e suas famílias. Anteriormente, se ocorresse qualquer eventualidade era possível contatar algum empregado da estância/propriedade, porém agora devido aos maciços de eucaliptos, dificilmente encontra-se alguém que possa ajudar/socorrer.

Acerca da prostituição as mulheres relataram que não há casos conhecidos.

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E RESISTÊNCIA ÀS PLANTAÇÕES

As comunidades, bem como as mulheres, ainda não tem implementado estratégias de sobrevivência específicas, devido aos impactos das plantações ainda serem muito recentes.

Quanto à função específica das mulheres no desenvolvimento e implementação das estratégias de resistência foi dito que a luta das mulheres é uma luta diária. É preciso um trabalho contínuo sobre tais questões, mostrando e incentivando as outras famílias a participarem das discussões. É um processo que precisa ser construído junto às famílias.

Quanto às estratégias de resistência contra as plantações as mulheres do MST contaram que sempre convidam as famílias assentadas a participar de debates sobre a expansão das monoculturas de eucalipto. E sempre que são convidados para

alguma reunião e/ou debate colocam em pauta a discussão sobre a celulose e papel no Pampa.

Algumas especificidades foram contadas como o caso de Hulha Negra onde utilizam rádio comunitária para realizar debates sobre as conseqüências das monoculturas de eucalipto. Em Herval algumas escolas têm fomentado esse debate e inclusive feito protestos de rua. Também em Herval, em frente à propriedade rural há uma placa de protesto contra os eucaliptos, gerando represálias à moradora.

Em Rio Grande a comunidade da Barra Nova tem feito passeatas no centro da cidade, distribuído panfletos, promovido debates, além de sistematicamente fecharem a rodovia que liga a área portuária em sinal de protesto e alerta ao despejo das famílias.

Também em Rio Grande, na comunidade da Palma, a resistência tem sido feita por uma única família. Mesmo “*sendo briga de cachorro grande*”, segundo as mulheres, a família seguirá na terra enquanto puder. A vida não está sendo simples, já pensaram muitas vezes em vender a propriedade, mas é a produção leiteira que sustenta a família. Uma das mulheres relatou que já esteve no escritório da empresa e um funcionário mostrou a papelada referente à compra das terras da família. Segundo o funcionário era só irem juntos ao cartório para finalizar a compra. Para a família as ofertas não tem sido condizentes com a situação proporcionada a eles “*eu não tenho que sair (...) quem me encurralou foi eles (...)*”, alegou uma das mulheres. Além da oferta de compra, a empresa já ofereceu uma permuta, porém para uma terra sem água ou luz.

Em São José do Norte muitas famílias rurais estão resistindo à venda de suas terras, muitas já estão “ilhadas” devido às plantios de pinus e eucaliptos. O Fórum local de desenvolvimento rural já emitiu parecer recomendando a redução das áreas de plantios, mas este não vem sendo cumprido. Além disso, um grupo local vem fazendo contraponto aos

monocultivos de eucaliptos e pinus, bem como contra o Terminal de exportação da Aracruz que pretende se instalar.

Já em Encruzilhada do Sul vem sendo desenvolvido projetos de estratégias e resistência, via Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), visando à soberania alimentar, como hortas comunitárias. Na comunidade muitas mulheres não fazem mais suas hortas, buscando na cidade o alimento que poderiam produzir de forma barata e ecológica. Também tem sido promovidos debates na comunidade a fim de esclarecer mais sobre a problemática das monoculturas do eucalipto. Porém há muitas dificuldades em função do poder público local ser pró-eucalipto.

Como se pode perceber as ações de resistência tem objetivado a reforma agrária, a soberania alimentar, a manutenção das famílias no campo, a denúncia do agronegócio e da falácia do desenvolvimento, além da luta por igualdade e justiça socioambiental.

Sobre como as ações tem sido orientadas, cada localidade tem desenvolvido ações específicas e no âmbito dos movimentos sociais as formas de resistência são diversas. As ações têm sido especialmente orientadas diretamente nas plantações e para atrair a atenção da mídia. Vide as ações das mulheres ligadas aos movimentos sociais no 8 de março ocorrida nos últimos 3 anos.

As ações para obtenção de apoio das autoridades nacionais e/ou locais têm sido muito restritas. Poder público estadual, boa parte do poder legislativo e das autoridades municipais estão aliadas as empresas de celulose e papel. Os apoios buscados têm sido ao Ministério Público tanto Federal como Estadual para que façam o Estado cumprir a legislação ambiental. E também tem sido buscado apoio junto aos parlamentares e senadores, bem como de órgãos da esfera federal, em função da redução da faixa de fronteira.

O movimento de resistência é misto, mas são as mulheres que tem conduzido

os debates e ações, pois, segundo a maioria das participantes, são elas que sentem quando falta comida à mesa. As mulheres criticaram os homens dizendo que eles nem sempre “entendem” o que elas estão discutindo e propondo.

Foi relatado de alguns maridos se queixarem do trabalho que vem sendo desenvolvido pelas mulheres do MST. Porém muitos já estão vendo que esse trabalho e essa discussão, fomentada por elas, é séria e fundamentada.

Na comunidade de Rio Grande o movimento também é misto, mas quem vai para rua protestar são as mulheres. Os homens ajudam quando há necessidade, porque em geral estão trabalhando na pesca. Há muita resistência de moradores locais e muita discriminação por parte da comunidade riograndina.

Sobre se as mulheres têm desenvolvido ou têm estado envolvidas de alguma forma em particular contra as plantações, todas afirmam que sim. As mulheres têm desenvolvido ações específicas contra as monoculturas do eucalipto especialmente no dia 8 de março, que é reconhecidamente a data de luta das mulheres, sendo que nos movimentos ligados ao campo, tais atividades são desenvolvidas apenas por elas.

Já os homens apóiam tais iniciativas, mas nem sempre compreendem por que são as mulheres que estão a frente da luta contra as monoculturas de eucaliptos. Mas também há companheiros que reclamam que a luta do 8 de março é exclusiva das mulheres, acham que é necessário abrir a luta para todos e todas. Mesmo sendo as mulheres que vão para o enfrentamento, os homens ficam como grupo de apoio. Já aconteceu das mulheres que protestavam no 8 de março serem presas. Então os homens trancaram algumas estradas e com faixas protestaram contra eucaliptos e contra a prisão incoseqüente de mulheres, jovens e crianças.

Sobre se a participação das mulheres em movimentos de resistência tem alterado sua posição ou funções na comunidade, a maioria das participantes

respondeu que agora as mulheres dos movimentos sociais não são mais invisíveis. As mulheres passaram de uma condição de invisíveis para visíveis, por meio principalmente da ação direta feita no laboratório de mudas da Aracruz, no município de Barra do Ribeiro, em 2006. As mulheres romperam o silêncio, tomaram a decisão de encarar o agronegócio da silvicultura e foram para o enfrentamento, para a ação direta. As mulheres estão buscando o seu espaço e estão usando este para fazer a resistência, a insistência e a denúncia sobre o modelo do agronegócio que vem se instalando no RS. E por fim, todas identificam que os movimentos sociais do campo têm cada vez mais aberto espaço para as mulheres e isso tem ajudado a criar outras relações de gênero.

Quanto aos resultados identificados em termos de lições aprendidas foi dito que nos movimentos sociais ligados ao campo tem se ampliado as discussões acerca das questões de gênero, das feministas, porém, ainda há muitas dificuldades a serem superadas.

As mulheres dos movimentos sociais ligados ao campo entendem que as ações não podem ficar apenas na conscientização e de alianças com diferentes grupos locais (Ongs, Sindicatos, etc). Ainda há certa dificuldade em envolver grupos como de professores, funcionários públicos, sindicalistas e até mesmo estudantes. Além disso, é preciso fazer ações de enfrentamento direto como tem sido feito no 8 de março. Para as participantes, o 8 de março já tem uma resposta positiva, pois está evidenciando a luta delas.

Ainda foi comentado que há muita repressão contra as mulheres, por estas serem ligadas aos movimentos do campo, em especial ao MST. A ampliação das alianças é imprescindível a fim de que outros grupos da sociedade gaúcha ajudem nos processos de conscientização das comunidades locais. “*A luta sozinha não se constrói.*”, afirmou uma das trabalhadoras rurais. Tal ampliação de alianças é necessária, pois os movimentos

sociais, sindicatos e Ongs, em geral, estão sendo criminalizados, perseguidos e reprimidos violentamente pelas autoridades locais, situação que tem criado um ambiente de hostilidade, receio e até mesmo de retração dos movimentos contrários as monoculturas de árvores exóticas no RS.

Para as participantes é necessário ir às ruas e denunciar, pois o poder público e os meios de comunicação local não abrem espaço para esclarecer todas as implicações da expansão das monoculturas de eucaliptos. Os espaços de comunicação omitem os malefícios das monoculturas dos eucaliptos. Elas acreditam que quando o povo estiver alerta da problemática que os plantios de eucalipto trarão para o RS, este também irá para as ruas com os Movimentos Sociais e Ongs. Um exemplo disso foi a ação direta das mulheres no laboratório da Aracruz. Tal ação fez com que a população gaúcha, principalmente urbana, tomasse uma posição referente ao ocorrido. Mesmo com a cobertura parcial dos fatos, pelos meios de comunicação local, gaúchos e gaúchas se posicionaram. Foram muitos os que consideraram a atitude das mulheres como de extrema coragem.

Além disso, as participantes ponderaram uma série de situações que dificultam a luta contra as monoculturas de eucaliptos no RS, como em Herval onde a VCP vem desenvolvendo trabalho voltado à juventude local. Em Rio Grande onde também a VCP tem patrocinado muitas atividades locais, buscando reforçar uma boa imagem de responsabilidade social institucional para a comunidade. Em Encruzilhada do Sul onde a Aracruz desenvolve uma série de atividades locais com intuito de promover a boa vizinhança. “Essas empresas parecem um imenso polvo, com tentáculos em todos os campos da sociedade”, disse a pescadora São José do Norte.

Também foi citada a novela “A Favorita” (ANEXO 2) tem tratado do tema da celulose e papel, de forma pouco crítica, na rede de televisão aberta e em cadeia nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com um curto período para a realização desse estudo de caso e reconhecendo que a expansão das monoculturas de árvores exóticas no Pampa gaúcho é recente (meados de 2003, porém alguns plantios existem desde 1980), os relatos das mulheres envolvidas evidenciam inúmeros impactos significativos sobre suas vidas e de suas comunidades.

Os relatos e vivências demonstraram o quanto à expansão das monoculturas de eucalipto, principalmente, tem contribuído para o desempoderamento das mulheres.

A ofensiva da silvicultura sobre o Pampa tem gerado poucos empregos para as comunidades locais e em se tratando de trabalho para as mulheres, os números são pífios. As condições de trabalho são precárias, os contratos são temporários, muitas vezes com garantias trabalhistas mínimas, com exploração da força de trabalho, principalmente sobre as mulheres trabalhadoras dos viveiros de mudas, e que já demonstra estar comprometendo a saúde das trabalhadoras e trabalhadores.

Muitas são as dificuldades acerca das condições sociais e de sobrevivência diária, como a contaminação do ambiente e de animais devido a utilização de grande quantidade de agroquímicos nas lavouras de eucalipto; a precária situação das estradas rurais devido ao tráfego de veículos pesados; a situação de violência e assédio sexual; escassez de água; degradação da terra, entre outras. Além disso, a reforma agrária está neutralizada e o abandono do campo tem se intensificado.

Além disso, percebe-se que muitos outros impactos possam estar ocorrendo (p.ex. aumento da contaminação por AIDS, mudanças nos hábitos alimentares, desestruturação familiar, entre outros), porém, devido ao curto período de estudo, não foi possível pesquisá-los. Impactos como esses tem sido relatados em diversos lugares depois da chegada de grandes empreendimentos.

Enfim, o encontro corroborou para mostrar o quanto as mulheres têm sido

protagonistas na luta contra o avanço das monoculturas de árvores e do potencial que elas têm em fazer com que “o novo aconteça”. É imperativo unificar a ação das mulheres da cidade com as mulheres do campo, fortalecendo a luta contra o avanço dos mega-projetos das empresas de celulose e papel sobre o Pampa gaúcho.

*"MULHER A LIBERTAÇÃO VIRÁ
ATRAVÉS DA NOSSA RESISTÊNCIA,
RESISTÊNCIA ESSA QUE BUSCAMOS
QUANDO NOS REUNIMOS E VEMOS
QUE OS PROBLEMAS SÃO OS
MESMOS E AS SOLUÇÕES SERÃO
BUSCADAS NO COLETIV, COLETIVO
ESSE QUE CONSTRUIRÁ UMA NOVA
SOCIEDADE E APONTARÁ UMA
NOVA MULHER..."*

Autoria desconhecida
Mensagem recitada por uma das
mulheres

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, G. H.; FERREIRA, S.B. Mulheres e eucalipto – histórias de vida e resistência. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, Uruguai, 2007.54p.

CONTE, I.I.A invisibilidade feminina. Le Monde Diplomatique Brasil. n.16.2008.p.37.

MORAES, L.M. Relatório da Missão de investigação do direito à moradia Rio Grande. Disponível em: http://www.dhescbrasil.org.br/_plataforma/. Acesso em novembro 2008.

SCHNADELBACH. C.V; PICOLI, L.R. O pampa em disputa – a biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores. NAT/BRASIL: Porto Alegre, 2007.

WEISSHEIMER, M. A. As promessas douradas dos desertos verdes viraram demissões e incertezas. Disponível em: <http://www.rsurgente.net/2008/12/as-promessas-douradas-dos-desertos.html>. Acesso em: novembro de 2008.

Especulação da Aracruz provoca demissões em Guaíba. Disponível em: <http://www.agenciachasque.com.br/ler04.php?idsecao=5ee6faf36e6244674fe4169a86bab576&&idtitulo=04ca0b12f26aebdf060286c50c00fde1>. Acesso em novembro de 2008.

Incra nega compra de terra por multinacional. Disponível em: <https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastrros/noticias/2008/6/5/incra-nega-compra-de-terra-por-multinacional>. Acesso em novembro de 2008.

Papeleira Stora Enso pode comprar parte da Aracruz na Veracel. Disponível em: <http://www.agenciachasque.com.br/ler01.php?idsecao=91f03f57e9aff94c35d3d21f0ef2fc5b&&idtitulo=aa26fa8b21d4c494ccb3191cfe9bb3cb>. Acesso em: novembro de 2008.

Rumos do Sul. N.2. Porto Alegre: Zero Hora, 26 de novembro de 2008.

Stora Enso prepara oferta por fatia da Aracruz na Veracel. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081114/not_imp277460,0.php. Acesso em: novembro de 2008.

VCP explica motivos para adiar empreendimento. Disponível em: http://www.vcp.com.br/losango/ptb/noticias/noticias_naMidia_081015_VCP%20explica%20.asp. Acesso em: outubro de 2008.

Votorantim anuncia demissão de 118 trabalhadores no sul do Estado. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Economia&newsID=a2316437.xml>. Acesso em dezembro de 2008.

(Footnotes)

¹ O Pampa sul-rio-grandense abrange cerca de 176 mil Km², o que equivale a cerca de 60% da área do estado. O Pampa é caracterizado por uma vegetação campestre, que predomina em relevos de planície, e por uma vegetação mais densa, arbustiva e arbórea, nas encostas e ao longo dos cursos de água, além de haver a ocorrência de banhados (Schnadelbach & Picoli, 2007).

² É importante ressaltar que em 2003 a Aracruz comprou a Riocel (antiga Borregard). Além disso, também há outra empresa de celulose e papel no RS que é a Cambará S.A. No estudo também foram abordadas ações de outras duas empresas responsáveis pela retirada de resinas de *Pinus Elliottii* e da Acácia: Flopal e Tanac, respectivamente.

³ Semapi denuncia licenciamento para beneficiar em presas e punição a técnicos. Disponível em: http://www.semapi.com.br/semapi2005/site/index.php?inc=mostra_noticia&f_cod_noticia=2477

⁴ A VCP postergou sua fusão com a Aracruz devido aos problemas financeiros da mesma, gerados por uma mal sucedida operação financeira com derivativos cambiais, pela crise de crédito do mercado internacional. Disponível em: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2008/10/18/votorantim-cancela-compra-da-aracruz>).

⁵ Recentemente a Stora Enso, maior produtora de papel do mundo, tem estudado fazer uma oferta pelos 50% que a Aracruz possui na Veracel. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081114/not_imp277460,0.php

⁶ Segundo o ex-secretário de Meio Ambiente do RS, Francisco Simões Pires, já são quase 500mil hectares plantados, sendo que destes há uns 140mil hectares com licenciamento ambiental. As entidades ambientalistas integrantes do Conselho Estadual de Meio Ambiente desde agosto de 2008 solicitaram os dados sobre licenciamento, bem como o percentual de hectares da silvicultura, mas ainda não obtiveram respostas.

⁷ Losango é o nome dado ao projeto de implantação de uma fábrica de celulose branqueada de eucalipto no RS. Maiores informações em: http://www.vcp.com.br/losango/ptb/oprojeto/oProjeto_infos.asp

⁸ É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa terrestre interna paralela à linha divisória de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Vide Lei Federal nº 6.634, de 2 de maio de 1979.

⁹ “As promessas douradas dos desertos verdes viraram demissões e incertezas”. Disponível em: <http://www.rsurgente.net/2008/12/as-promessas-douradas-dos-desertos.html>

¹⁰ A Plataforma DhESCA Brasil surgiu como um capítulo da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD), a qual se articula, desde os anos 1990, para promover a troca de experiências e a soma de esforços na luta pela implementação dos direitos humanos, integrando organizações da sociedade civil de diversos países, em especial do Peru, Equador, Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Venezuela.

¹¹ “No Sul do Brasil, na Argentina e no Uruguai, a caturrita é considerada praga em zonas de cultivo de milho e sorgo e em pomares. Com o desaparecimento das matas onde viviam, as caturritas começaram a procurar alimento nas culturas que hoje ocupam seu habitat natural. Com alimento fácil e a extinção progressiva de seus predadores, como o gavião, a população da espécie aumentou facilmente. O cultivo de eucalipto também tem um papel importante na explosão populacional das caturritas. A caturrita encontrou no eucalipto um local perfeito para nidificar, construindo ninhos nos galhos mais altos, os ovos, filhotes e adultos ficam muito bem protegidos do ataque dos seus inimigos naturais e dificultando o controle populacional por parte do homem”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Caturrita>.

¹² Espécie exótica introduzida no Uruguai e Argentina que se alastrou no RS. A espécie não encontra predadores naturais, consegue procriar com o porco doméstico, aumentando ainda mais seu efeito negativo de “praga”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Javali>

¹³ Maiores informações em: <http://www.tanac.com.br/PT/index.php>

¹⁴ Especificamente no Rio Grande do Sul há a tradição de colheita da macela na Sexta-Feira Santa, antes do sol nascer; pois se acredita que a colheita nesse dia traga mais eficiência ao chá das flores. Esse chá é freqüentemente utilizado para problemas digestivos, como anti-inflamatório, dentre outros.

¹⁵ “A Poupança Florestal é uma forma de participar, em conjunto com a Votorantim, de um negócio interessante e lucrativo: o plantio de eucalipto”. Disponível em: <http://www.vcp.com.br/sitevcp/poupancaflorestal/>. Já a Aracruz tem um programa semelhante – Produtor Florestal – para conhecer acesse: <http://www.produtorflorestal.com.br>

¹⁶ Esse processo significa simples fluxos populacionais que não configuram propriamente como migração, isso por que não se trata de uma transferência definitiva e sim momentânea.

¹⁷ Assédio sexual é um tipo de coerção de caráter sexual, que se caracteriza por alguma ameaça, insinuação de ameaça ou mesmo hostilidade, com fundamento em sexismo.